



Info MPMIS

Informativo da micro, pequena e média indústria

Edição 10 - Maio de 2014

FIESP

DEPARTAMENTO DA MICRO,
PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA

DA OFICINA DE FUNDO
DE QUINTAL A UMA
EMPRESA DE ALTA
TECNOLOGIA

04

INFOLEGISLATIVAS

06

INFOCRÉDITO

10

SUMM

INFOINDÚSTRIA 14

INFONOTÍCIAS 18

CALENDÁRIO 22

ÁRPIO

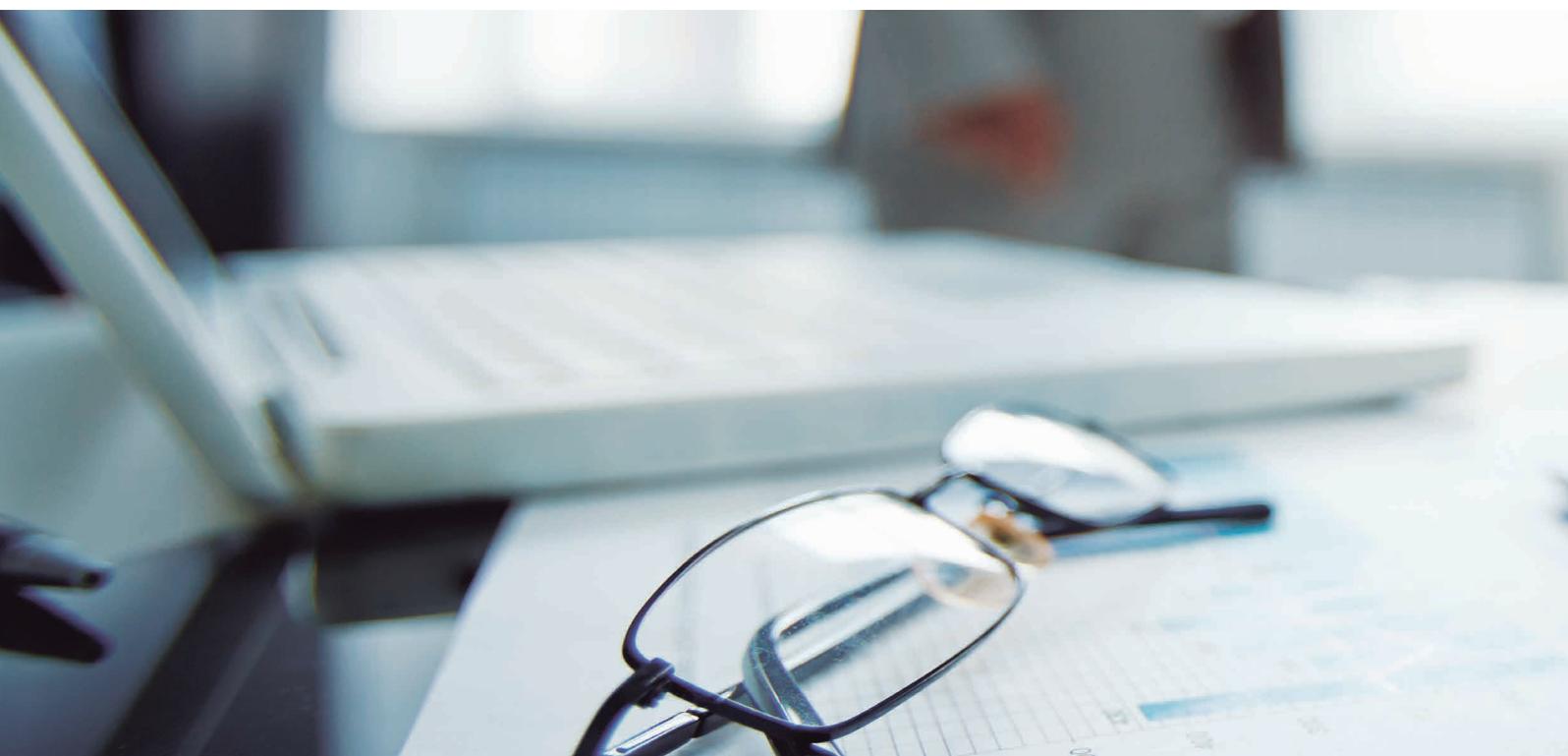
DA OFICINA DE FUNDO DE QUINTAL A UMA EMPRESA DE ALTA TECNOLOGIA

Quando pronunciado pela primeira vez, o nome Fesma gera curiosidade: é difícil identificar, por meio dele, o ramo de atividade dessa indústria. Surgiu de uma brincadeira que remete à falta de recursos que marcou o início da trajetória de sucesso da empresa, hoje com duas unidades: uma planta em Cumbica, Guarulhos, e outra no Condomínio Industrial de Arujá, respectivamente. Fesma significa “ferramentaria sem máquinas”. Quem explica é Laudirley Ferreira Dourado, 56, diretor-presidente da empresa. “Tudo começou no fundo do quintal na casa da minha mãe. Eu encontrei um sócio para realizar o sonho de ter uma ferramentaria – sou ferramenteiro formado pelo Senai –, mas não tínhamos recursos e nem máquinas”, revelou.

A empresa nasceu em 1986, na região da Vila Maria. Foi lá que Laudirley decidiu arriscar criar uma empresa sem estrutura nenhuma, mas com competência técnica e determinação de sobra. “Nós fomos num depósito de sucatas e compramos duas furadeiras, sem motor e sem mandril. Nós trabalhamos muito, fomos obrigados a nos adaptar às várias situações. Eu, por exemplo, fazia bicos em troca de horas de uso em máquinas que não tínhamos. Era o jeito para utilizar outras ferramentas”. Ainda na década de 1980, a empresa passou a fazer ferramentas para circuito impresso, uma modalidade produzida por poucas indústrias na época. “Com muito

trabalho e esforço, tempos depois, adquirimos uma ótima carteira de clientes. Até então, só tínhamos a unidade em Guarulhos, mas estávamos crescendo”, lembrou Laudirley. A Fesma hoje está consolidada no mercado, produzindo suas próprias ferramentas aplicadas na produção de vários artefatos de termoplástico injetado, com alta tecnologia em polímeros, tendo comemorado seu Jubileu de Prata. Para Laudirley, tudo é possível na vida profissional. Ele prioriza valores como boa conduta e honestidade, alicerces para seu sucesso como empresário, tendo começado ainda menino a trabalhar.

A empresa começou a crescer no início da década de 1990. Na época, a Fesma contava com máquinas e 60 funcionários, mas quando Collor assumiu, foi um desastre. “Mais uma vez, vivemos uma experiência difícil. Eu já tinha a empresa montada, com todas as máquinas, um bom número de funcionários, mas tive que mandar todo mundo embora e recomeçar de novo apenas com as máquinas que sobraram”. Ele encarou a nova fase de dificuldades econômicas como um novo desafio. Tínhamos um cliente que nos pediu para fazer peças pilotadas. Nós aceitamos, mas não tínhamos máquinas adequadas para produzir as peças”. Mais uma vez, Laudirley se valeu da capacidade de improvisação. Ele simplesmente começou a juntar



pedaços de diferentes ferramentas para produzir as peças. “Por incrível que pareça, deu certo”. “Quando você enfrenta uma situação difícil e não tem recursos, a grande saída é se adaptar”. É o tipo da situação em que a maioria pensa não haver saída, mas minha história prova que é possível, sim, superar quando se está disposto a pagar o preço, que é trabalhar muito, saber improvisar e ser flexível”. Em 1996, a Fesma passou a produzir peças de automação bancária, que são as atividades da empresa até hoje, com milhares de clientes.

Há cinco anos, Laudirley decidiu expandir a empresa com a instalação da Fesma Tecnologia, no Centro Industrial de Arujá, que ocupa um galpão com cerca de 5 mil metros. Lá trabalham 70 funcionários. A matriz da empresa em Cumbica, Fesma Indústria e Comércio de Ferramentas Ltda., emprega mais 50 trabalhadores. Para o futuro, Laudirley tem muitas ideias. Os planos são de ampliar a produção de produtos próprios e começar a produzir bancos, cadeiras e injeção de peças grandes.

Ele enfatizou a principal característica da Fesma, que é justamente a de se aproveitar de mercados “sem atendimento”, ou seja, os segmentos em que há demanda, mas que não são atendidos. “Eu acho que não adianta

disputar com muitas pessoas. É preferível encontrar outro espaço, mesmo que seja mais limitado, para que você não enfrente uma concorrência tão grande. Isso é fundamental”, defendeu. “Hoje as pessoas querem imitar demais as outras e acabam fazendo a mesma coisa.

A concorrência é muito forte, mas se você olhar com cuidado perceberá que há muitos segmentos do mercado que não têm atendimento”. Consciente de que para atender o mercado é preciso também estar preparado, ele revela: “Nas entidades em que participo, tenho me empenhado em promover ações que resultem na preparação ocupacional dos jovens, capacitando-os para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente, considerando o ambiente de inovação tecnológica em que as indústrias operam para atender adequadamente ao mercado”, assinala. “Determinação, capacidade de trabalho, garra e preparo intelectual são fatores fundamentais para quem acredita que nada é impossível nesta vida. Tudo é possível fazer, basta acreditarmos e sonhar: tudo que sonharmos conseguiremos realizar”, destaca Laudirley, que hoje é Diretor no Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria da Fiesp.





INFO

LEGISLATIVAS

Senadores querem acabar com abusos na substituição tributária

O tratamento diferenciado das microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Constituição e na Lei Complementar 123/2006, está sendo anulado na prática por muitos estados. A denúncia foi feita nesta terça-feira (11) durante a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelos senadores Armando Monteiro (PTB-PE) e Geleis Hoffmann (PT-PR).

Relator de projeto de lei (PLS 323/2010) que disciplina a substituição tributária, Armando Monteiro anunciou que está elaborando um novo marco legal capaz de impor limites à utilização desse instrumento, cujo uso está se ampliando nos estados. Segundo o parlamentar, algumas unidades da federação estabelecem critérios arbitrários que prejudicam os pequenos negócios. Em defesa de novas regras sobre o assunto, Gleisi Hoffmann disse que o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário calculou o impacto numa empresa com faturamento anual de R\$ 1,2 milhão e com 70% de sua venda sujeita à substituição tributária. Pelo Simples, essa empresa, pagaria de imposto 8,33% de sua receita, sendo que 2,92% seriam de ICMS, ainda de acordo com o estudo citado pela parlamentar. Com a substituição tributária, a mesma empresa teria de pagar o equivalente a 14% de imposto.

Isso tem um impacto muito grande, retira o benefício do Simples que o Congresso Nacional votou – advertiu. A substituição tributária é um mecanismo de arrecadação que atribui ao contribuinte a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido por seus clientes ao longo da cadeia de comercialização. Com isso, fica mais fácil a fiscalização dos chamados impostos plurifásicos, como o sobre a comercialização de mercadorias (ICMS) e o relativo a produtos industrializados (IPI). São assim chamados por incidir sobre diversas fases da circulação do produto ou bem. Autor do projeto, o ex-senador Alfredo Cotait explicou que, por esse sistema, o tributo plurifásico passa a ser recolhido de uma só vez, como se fosse monofásico.

O problema, conforme Gleisi Hoffmann, é que a substituição tributária está se disseminando. Antes, como observou, restringia-se à cadeia homogênea de produtos, como as de cigarros e bebidas. Por sugestão do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que colocará a matéria como primeiro item da pauta da próxima reunião deliberativa da comissão.

Ag. Senado – 11/03/14

INFO LEGISLATIVAS

Vem aí o Simples Trabalhista

Em até dois meses, o governo vai lançar uma espécie de Simples Trabalhista para MPEs. Trata-se do lançamento de programa para incentivar a contratação de menor aprendiz. Pelo artigo 428 da CLT, aprendiz é o maior de 14 anos e menor de 24 anos que celebra contrato de aprendizagem. O aprendiz tem encargos trabalhistas mais baratos.

O ministro da MPE, Guilherme Afif Domingos, adiantou ontem ao DCI que o governo vai pagar os custos de certificação da contratação de menor aprendiz, calculada hoje em R\$ 200,00 por contratado.

DCI – 19/03/14

“É muito para as MPEs”, apontou, justificando que, por isso, apenas as médias e grandes empresas recorrem ao menor aprendiz, até porque são obrigados por lei. Há previsão de que o programa banque os custos de 50 mil contratações, cujos aprendizes serão capacitados em uma nova linha a ser criada nas ações do Pronatec, o programa de capacitação profissionalizante de nível médio.





Comissão aprova fim de depósito recursal para MPES na Justiça do Trabalho

As MPEs poderão ser dispensadas da obrigatoriedade de desembolsar recursos para fazer depósito recursal em processos trabalhistas, caso o Projeto de Lei Complementar 348/2013 seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidente Dilma Rousseff. Um avanço na tramitação da proposta foi efetivado no último dia 2 de abril, quando houve a aprovação da matéria pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

De acordo com o autor do projeto, deputado Laércio Oliveira (SDD-SE), o valor do depósito para recurso na justiça trabalhista varia de R\$ 7.058,11 a R\$ 14.116, 21. Na opinião do deputado Laercio Oliveira, a medida é necessária porque o valor dos depósitos pode impedir pequenos empreendedores de exercer seu direito a recorrer das decisões judiciais. “Isso pode inviabilizar o direito de recorrer de MPEs que não dispõem desse dinheiro”, sustenta Oliveira.

Abnor Gondim – Agência câmara – BRASÍLIA – 08/04/14

A man in a light blue button-down shirt is leaning over a desk, pointing at a computer monitor. He is looking intently at the screen. To his left, the profile of another person's head is visible, looking towards the same screen. The background is a blurred office environment with shelves and papers.

INFO
CRÉDITO

BNDES lança programa para estimular inovação em pequenas e médias empresas

Orçamento reservado ao projeto é de R\$ 500 milhões; já a taxa de juros para empreendedores é de 4% ao ano.

O (BNDES) lançou um programa para estimular investimentos em inovação e aumentar a competitividade das MPMEs. O orçamento reservado ao projeto é de R\$ 500 milhões. Já a taxa de juros é de 4% ao ano. Segundo nota do banco de fomento, poderão solicitar apoio empresas com faturamento anual de até R\$ 90 milhões que tenham, a partir de 2011, realizado investimentos em serviços tecnológicos por meio do Cartão BNDES ou acessado os programas Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) ou do Senai ou do Sesi de Inovação. Também podem acessar o programa companhias que tenham patente concedida ou pedido de patente válido no ano do protocolo da operação ou nos dois anos anteriores. Para essas companhias, serão apoiados os investimentos complementares a seus processos inovadores, informa o BNDES.

Empresas incubadas: O programa também apoiará empresas localizadas em parques tecnológicos e incubadoras ou que tenham em sua composição societária fundos de investimento.

“As micro, pequenas e médias empresas que atenderem a algum desses critérios poderão contar com recursos do BNDES MPME Inovadora também sob a forma de capital de giro, fortalecendo sua capacidade financeira”, destaca o banco.

CCJ aprova regras claras para a desconsideração da personalidade jurídica

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, hoje, nos termos do substitutivo aprovado anteriormente na Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC), o PL 3401/2008, que institui procedimento judicial específico para desconsideração da personalidade jurídica aplicável às decisões ou atos judiciais de quaisquer dos órgãos do Poder Judiciário que imputarem responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário a membros, instituidores, sócios ou administradores pelas obrigações da empresa. A desconsideração da personalidade jurídica tem sido comumente aplicada de forma inapropriada em casos não previstos pelos Códigos Civil e do Consumidor, em função da falta de um processo bem definido para que essa seja adotada.

A falta de uma definição clara de quando e como os bens particulares dos sócios podem ser acionados em procedimentos administrativos ou em processos judiciais, aliada à falta da garantia da defesa prévia, são grandes fontes de insegurança para os empresários.

No Brasil tem aumentado a insegurança jurídica associada à definição de responsabilidades dos sócios dos empreendimentos. Isso eleva riscos e afasta investidores. Investidores passam a preferir aplicar em papéis que não têm relação com a gestão de investimentos. O capital de risco, nacional e internacional, se retrai e inibe a capacidade de inovação, em especial, nos novos empreendimentos. O projeto integra a pauta mínima da indústria, e o relator é o deputado Danilo Forte (PMDB/CE). A aprovação do PL 3401/2008 constitui efetivo avanço na disciplina da matéria, que possibilitará a correção de inúmeros abusos e equivocadas aplicações da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, já que a limitação da responsabilidade deve ser a regra e a desconsideração a exceção, sob pena de o sistema estar criando sérios obstáculos estruturais ao desenvolvimento econômico.

Outros pontos que merecem destaques na proposta: a parte que postular a desconsideração da personalidade jurídica deverá indicar, em requerimento específico, quais os atos que ensejariam a responsabilização pessoal, na forma da lei específica; a mera inexistência ou insuficiência de patrimônio para o pagamento de obrigações contraídas pela PJ não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, quando ausentes os pressupostos legais; antes de decidir sobre a decretação da desconsideração da personalidade jurídica, o juiz deverá citar ou intimar os membros, instituidores, sócios ou administradores da PJ para se defenderem no prazo de 15 dias. Juiz não poderá decretar de ofício a desconsideração da personalidade jurídica e deverá facultar aos requeridos, previamente à decisão, a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada; a desconsideração da personalidade jurídica, por ato da Administração Pública, será objeto de provisão judicial para sua eficácia em relação à parte ou à terceiros. O projeto, caso não seja apresentado recurso para sua apreciação em plenário, segue para revisão do Senado Federal.

Novidades Legislativas – CNI – 08/04/14

Bancos facilitam crédito para atrair MPes

Eles são pequenos, mas são muitos. E estão sempre em busca de crédito para crescer. O contínuo aumento da demanda por parte de micro, pequenos e médios empresários por linhas de financiamentos mais baratas e diversificadas está levando os principais bancos do país a expandir o leque de crédito para esse setor. Para engrossar a carteira de clientes, as instituições financeiras estão apostando numa combinação de vantagens que responde às necessidades e à capacidade dos “pequenos”. Entre as estratégias estão “novos” produtos para capital de giro e financiamento de investimentos, prazos mais longos para pagamento dos empréstimos e até período maior de carência para quitar a primeira parcela dos recursos contraídos. Tamanho interesse dos bancos se explica pela pujança das empresas

de pequeno porte. O segmento responde por 20% do PIB. “Sempre dispensamos atenção especial às PMEs, porque elas representam 93% de toda base de cliente de PJ do banco. Em 2013 foram financiados R\$ 128, 5 bilhões às carteiras de micro, pequenas e médias empresas, o que representou 43,3% de todo o nosso crédito”, afirma Altair Antônio de Souza, diretor adjunto do Bradesco. O volume de recursos disponibilizado pelo Bradesco significou um crescimento de 11,5% sobre o ano de 2012. “Para 2014, a perspectiva de aumento é de 13%. Em agosto passado, o Bradesco disponibilizou duas linhas para MPEs, uma delas de até R\$ 100 mil, com prazo de 36 meses, 90 dias de carência para o pagamento da primeira parcela e juros de 1,86% ao mês. A outra financia até 70% do bem no valor de até R\$ 100 mil, com taxas a partir de 1,88% ao mês e prazo de 48 meses. “A demanda pelas linhas disponíveis no banco começou a crescer agora em março e tende a aquecer por conta da aproximação da Copa. O setor de turismo, nesse momento, é o que mais demanda linhas de crédito, principalmente na área de serviços”, diz. O nível de inadimplência, segundo Souza, é “satisfatório”. “Segue igual a 2013, ao redor de 3,7%”, diz.

Em outra frente, o Bradesco selou parceria com a Associação Brasileira de Franquias para financiar micro franquias com faturamento de até R\$ 120 mil por ano. A linha permite uma cobertura de até 50% do valor a ser financiado, com limite de R\$ 15 mil por cliente, prazo de dois anos, carência de 59 dias e juros de 2,80% ao mês. “Existe um potencial muito grande no Brasil para as PMEs. Então, também temos um potencial muito grande para crescer”, diz Souza.

No Banco do Brasil (BB), onde 96% dos clientes PJ são micro, pequenas e médias empresas, o segmento dispõe de um portfólio variado de serviços e assessoria financeira. “Com uma carteira de 2,3 milhões de clientes nesse segmento, o BB desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento desse perfil de empresas”, afirma Adilson Anísio, diretor de MPEs do BB. A exemplo do Bradesco, o BB teve um salto de 12,3% na carteira de crédito no ano passado sobre 2012 ao atingir R\$ 99,9 bilhões. A linha de recursos contempla capital de giro, formação de estoques e pagamento de compromissos, antecipação de recebíveis - para adiantar os valores das vendas a prazo - e financiamento de investimentos, que viabilizam a reforma ou a ampliação de instalações e a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos. Outro avanço do BB foi a reabertura, em janeiro, da linha de financiamentos para pagamento de impostos das companhias que faturam até R\$ 3,6 milhões/anuais. “Para quem arca com seus pagamentos em dia, o BB estabeleceu o bônus fidelidade que permite a devolução

de 10% do valor dos juros cobrados”, informa Anísio. Vítor Hugo Ribeiro, gerente do departamento de operações de internet da área de operações indiretas do BNDES, destaca que em 2013 houve uma expansão de 27% nos desembolsos às MPMEs, superando a própria taxa de crescimento das liberações globais do banco no ano passado, de 22%. “O BNDES desembolsou a cifra recorde de R\$ 63,5 bilhões, equivalente a 33% das liberações totais realizadas pela instituição no ano passado. Mais de 1,1 milhão de operações foram contratadas com MPMEs em 2013, um incremento de 11,2% sobre 2012”, afirma. Ribeiro explica que as MPMEs são uma das prioridades da nova política operacional do BNDES, lançada em fevereiro deste ano. “Os financiamentos do banco às MPMEs já contavam com nível de participação máxima de 90% dos itens financiáveis pelas linhas do produto BNDES Automático e, agora, as empresas poderão receber reembolso de investimentos já realizados”, diz. Segundo o executivo, para isso, o projeto de investimento tem de estar concluído em até 12 meses anteriores à data de entrada da solicitação de financiamento no BNDES. Outra novidade é a mudança do limite mínimo para as operações de financiamento direto (BNDES Finem), que passa de R\$ 10 milhões para R\$ 20 milhões.

Já o Cartão BNDES, acrescenta Ribeiro, consiste em uma linha de crédito rotativo e pré-aprovado, exclusiva para as MPMEs, com limite de até R\$ 1 milhão por banco emissor – Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, BRDE, CEF, Itaú e Sicoob -, com taxa de juros de 1,01% ao mês em março deste ano e pagamento em até 48 prestações mensais fixas, sem cobrança de IOF. De acordo com o gerente, mais de 239 mil itens estão disponíveis para compra através do Cartão BNDES. Até meados de março já foram emitidos 626 mil Cartões em todo o Brasil, somando R\$ 38 bilhões em limite de crédito pré-aprovado para investimentos. Para Eugênia Regina de Melo, superintendente de estratégia de MPE da CEF, “a estratégia para as MPEs é o atendimento ágil, com crédito pré-aprovado e limites disponíveis para que elas não percam as oportunidades de negócios”. Hoje, as PMEs representam 98% dos clientes empresariais da CEF, o que significa 1,7 milhão de correntistas. Os empresários individuais, de acordo com a superintendente, totalizam 3,6 milhões e dispõem do Microcrédito Produtivo Orientado, com juros de 0,40% ao mês. A linha financia investimentos fixos e capital de giro. O crédito tem prazo entre 12 e 24 meses, no mínimo de R\$ 300,00 e máximo de R\$ 15 mil e as condições dependem de análise da capacidade de pagamento e do destino dos recursos.

Rosângela Capozoli – Valor Econômico – São Paulo – 31/03/14



INFO

INDÚSTRIA

MPEs devem se aproximar de agropecuária

As MPEs devem se aproveitar do crescimento do setor agropecuário, aproximando-se das empresas dessa área. A agropecuária foi o setor que mais cresceu no ano passado, em 7%. Dados do IBGE, divulgados ontem, apontam que o crescimento do PIB resultou em 2,3% em 2013.

Para o professor da FGV, Evaldo Alves, “o Brasil vem se afirmando como um País agrícola, o que puxou o crescimento foi o agronegócio, isso é ruim porque os outros setores tiveram crescimentos bem modestos e a gente deveria crescer em todos os setores”, disse. “As empresas menores devem se vincular com as empresas maiores deste setor que é o de atividade mais dinâmica”, completou. O setor industrial registrou crescimento de 1,3% e o de serviços de 2%. Já o economista da Fundação Instituto de Administração (FIA), Carlos Honorato, não acredita que esse crescimento seja suficiente para fomentar novos negócios. “Estamos vivendo em um ambiente de pleno emprego e isso não favorece o empreendedor. O crédito está ruim e o ambiente de negócios do Brasil não ajuda”, disse. Ele apostou que áreas como tecnologia da informação, serviços de internet e aplicativos de celular são as mais promissoras, mas alerta que “é importante ter uma diferenciação em relação aos outros e ver bem os preços e os custos”, completou.

A gerente de contas nacionais do IBGE, Rebeca Palis, observou que apesar do setor agropecuário ter crescido mais, foi o setor de serviços o que deu maior contribuição no dado fechado. “Olhando para a maior contribuição ao crescimento está continuou sendo dos serviços até pelo peso, já que 75% da economia total vêm dos serviços, então contribuiu positivamente com 1,4% de crescimento”, disse a especialista. Outro destaque foram os investimentos, com 6,3% na Formação Bruta de Capital Fixo, pelo aumento da produção interna de máquinas e equipamentos.

“A grande diferença com relação a 2012 foi o desempenho dos investimentos. Os investimentos tinham caído em 2012 contribuindo negativamente e agora cresceram mais do que o consumo das famílias, e as despesas de consumo do governo e contribuiu junto com a variação de estoque positivamente”, afirmou Rebeca.

Por outro lado, o setor externo contribuiu negativamente para o PIB, com as importações de bens de serviços crescendo mais que as exportações, respectivamente 8,4% e 2,5%. A taxa de investimento no ano de 2013 foi de 18,4% do PIB, ligeiramente acima do observado no ano anterior (18,2%). A taxa de poupança foi de 13,9% em 2013 (ante 14,6% no ano anterior). Sob a ótica da demanda, o consumo do governo atingiu em 2013 o seu maior peso no PIB desde o ano 2000. Segundo o IBGE, a fatia chegou a 22%, ante os 21,3% do ano anterior. O menor peso foi registrado em 2000 e em 2004, com 19,2%, cada. O crescimento do Brasil em 2013 ficou acima do registrado pelos Estados Unidos (1,9%) e Reino Unido (1,9%), mas abaixo da média mundial projetada pelo FMI, de 3%. O Brasil ficou acima ainda da África do Sul (1,9%), Alemanha (0,4%), Espanha (-1,2%), França (0,3%), Itália (-1,9%), do Japão (1,6%), México (1,1%), da Bélgica (0,2%) e zona do euro (-0,4%). “Não fizemos a comparação com os Brics porque Índia e Rússia ainda não divulgaram o PIB”, disse Rebeca. Ela colocou ainda que os desembolsos do BNDES, linhas de crédito imobiliário e programas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida ajudaram a acelerar os investimentos no ano passado. “São programas que influenciaram positivamente”, destacou.

Paula de Paula – DCI – 28/02/14

INFO INDÚSTRIA

MPEs são mais pontuais no pagamento de débitos em 2013, diz Serasa

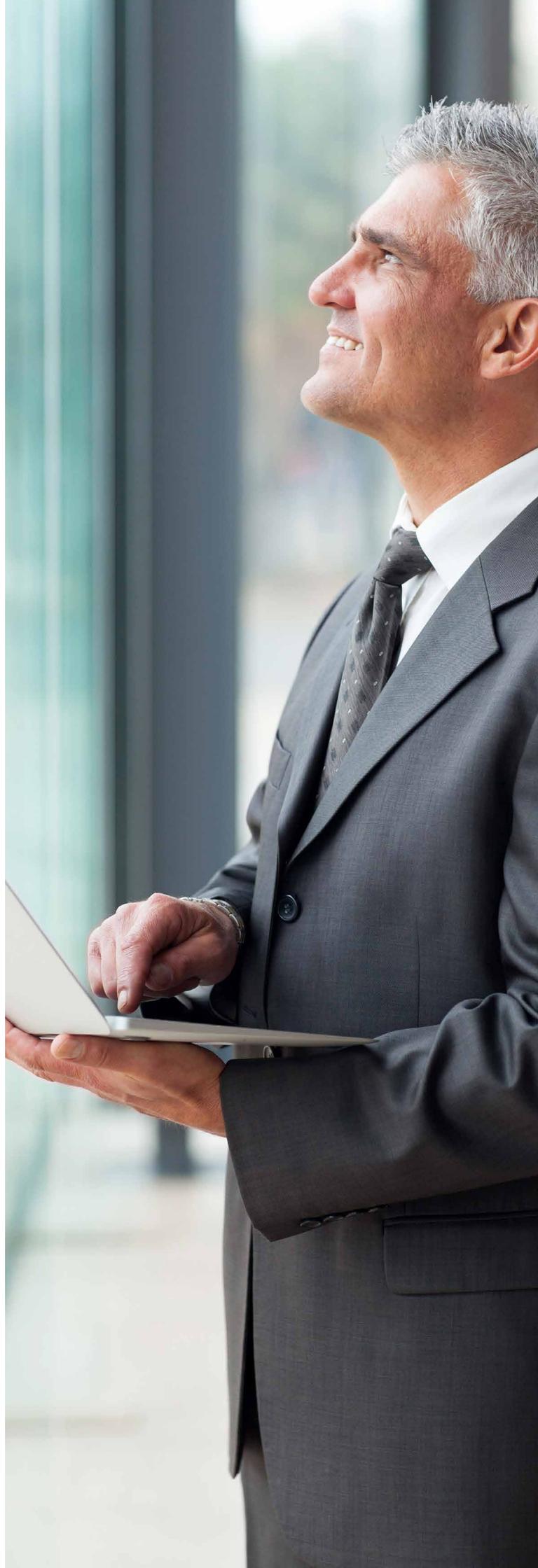
SÃO PAULO – As MPEs foram mais pontuais no pagamento de suas contas em 2013, de acordo com levantamento da Serasa Experian. De cada 1 mil pagamentos realizados, 957 foram quitados à vista ou com atraso máximo de sete dias. Foi o maior nível de pontualidade desde o início da pesquisa, em 2006, superando o patamar de 95,4% alcançado em 2012.

Desde 2006 a pontualidade cresceu sistematicamente, com exceção do ano de 2011, quando caiu a 94,9%. Para a Serasa Experian, a queda sistemática da inadimplência dos consumidores ao longo de 2013 e a crescente formalização do mercado de trabalho e da profissionalização dos empreendimentos contribuíram para melhorar o índice no ano passado.

As MPEs do setor comercial foram as mais pontuais: 96,3% pagaram suas dívidas em dia, seguidas pelas de indústria, com 95% de pontualidade, e de serviços, com 94,9%.

Em 2013, o valor médio dos pagamentos pontuais recuou 0,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior (R\$ 1.799 contra R\$ 1.807). O maior valor médio foi registrado pelos pagamentos pontuais das empresas de serviços (R\$ 1.914), seguido pelas comerciais (R\$ 1.808), e pelas MPEs do segmento industrial (R\$ 1.665).

Valor Econômico – 27/02/14



Apenas 20% dos jovens têm interesse em pequenas empresas

No momento de ingressar no mercado de trabalho, qual a melhor opção? Ir em busca de grandes empresas ou galgar seu lugar em corporações de pequeno porte? Segundo uma pesquisa realizada pelo Nube, mais de 50% prefere uma colocação em renomadas e gigantes organizações. O estudo foi desenvolvido entre os dias 20 e 31 de janeiro, com 17.819 jovens entre 15 e 26 anos. Diante da pergunta “Onde você preferiria trabalhar ou estagiar?”, os votantes tinham quatro opções de resposta: “Grande empresa”, “Multinacional”, “Órgãos públicos” e “Pequena ou média empresa”.

A primeira e segunda alternativas somaram 58,9%, ou seja, 10.502 votos. “Muitos estudantes sonham com altos cargos e salários, por isso almejam atuar em famosas organizações. Não à toa, a escolha por ‘Grande empresa’ foi a mais desejada, com 34,4%, seguida por ‘Multinacionais’, com 24,5%”, explica Rafaela Gonçalves, analista de treinamento do Nube. No entanto, segundo a especialista, focar apenas nesse tipo de corporação pode limitar a oportunidade de estágio e prejudicar a inserção no mundo corporativo. “Estar nessas companhias é realmente bom para o currículo, mas a obsessão por tais vagas pode ocasionar a perda de grandes chances. Afinal, em quantos outros empreendimentos muito bons não seria possível atuar?”, questiona Rafaela, ressaltando o fato de ser fundamental não perder oportunidades no início da carreira.

Em terceiro lugar, ficou “Órgãos públicos”, com 21,06%. Escolha ideal para quem deseja muito aprendizado durante um estágio, pois em repartições públicas o colaborador pode aprender diversas atividades. “É muito bom termos pessoas interessadas em atuar no ramo. Esse tipo de trabalho exige muito empenho, as vagas são boas e existe carência de mão de obra qualificada”, afirma a analista.

A última opção obteve 20,01%. Mesmo com um bom índice de votantes, 3.564, muitos estudantes desconhecem os benefícios dessas vagas. Só em 2013, de acordo com dados do Sebrae, com base em informações do Ministério do Trabalho, as micro e pequenas empresas foram responsáveis por 88,3% dos novos empregos formais gerados no país. Além de serem as mais propícias para quem procura possibilidade de crescimento, ainda oferecem acesso fácil aos gestores e grandes chances de efetivação e promoção. “Mostrando um bom desempenho, a retenção dos colaboradores é mais viável. Sem falar na competitividade ser bem menor”, enfatiza a especialista. “Começar pela média e pequena empresa prepara para novos desafios. Pense nisso!”.

Uol.com.br/canalexecutivo
05/03/2014





INFO
NOTÍCIAS



Aprovada a PEC da Inovação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional Nº 290/2013, de autoria da deputada Margarida Salomão – PT/MG, que atualiza o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, de modo a fundamentar as ações articuladas entre academia e setor produtivo. Nesse sentido, cria de um Sistema Nacional de Inovação em colaboração de entes públicos e privados com o objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação.

A proposta harmoniza as ações das esferas federal, estadual e municipal, o que exige competências concorrentes na estruturação de iniciativas e na formulação de normas, além de dotar de maior eficácia o sistema de ciência, tecnologia e inovação, desburocratizando procedimentos e viabilizando novas formas de trabalho. Ademais, possibilita o

compartilhamento de infraestrutura de pesquisa e do know-how adquirido pelas partes em projetos de cooperação. A atualização do tratamento constitucional conferido à ciência, tecnologia e inovação é relevante já que a inovação é fundamental para a estratégia industrial brasileira.

Dessa forma, a iniciativa contribui a um ambiente favorável à inovação, bem como à adequada infraestrutura tecnológica e a centros de conhecimento com capacidade de transformar pesquisas em resultados, possibilitando o sucesso da indústria nos próximos anos. Antes de seguir para apreciação do Senado Federal, a PEC 290/2013 deverá ser aprovada em 2º turno no Plenário da Câmara dos Deputados.

Agência Câmara dos Deputados – 25/03/14

Empresários se cadastram como MEIs para sonegar

Empresários estão se travestindo de (MEIs) para sonegar o pagamento de tributos em todos os estados e no Distrito Federal. É o que indica levantamento feito pelas secretarias de Fazenda de São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia e irregularidades detectadas pela secretaria do DF.

Alertada sobre a fraude fiscal, a Secretaria da Fazenda do DF identificou neste mês 250 MEIs que sonegaram cerca de R\$ 6 milhões nos últimos dois anos. A Receita cruzou informações e apurou que as compras deles são incoerentes com o faturamento máximo de R\$ 60 mil anuais estabelecidos para o segmento. “Não é uma questão pontual. Com certeza, isso pode estar acontecendo em todos os estados da Federação”, alertou o subsecretário de Fazenda no Distrito Federal, Wilson de Paula, em entrevista ao DCI.

De acordo com o subsecretário, a divergência entre faturamento e compras feitas por MEIs nesses estados foi revelada em 2013, no Encontro Nacional de Administradores Tributários (Enat), que faz parte da coordenação da Nota Fiscal Eletrônica.

“Nesse levantamento, observou-se que a movimentação envolvendo MEIs estava num volume muito alto”, lembrou. “Isso mereceu uma atenção dos administradores tributários para olharmos com mais cuidado essa questão do MEI.” No caso desses três estados, apenas o volume de recursos movimentados nas notas fiscais envolvendo MEIs foi identificado.

Cruzamentos

Wilson de Paula explicou que a secretaria fez um cruzamento de “malha fina” das notas fiscais emitidas para os CNPJs dos MEIs. Os empresários identificados informaram um faturamento de R\$ 21,6 milhões nos últimos dois anos. No entanto, cruzando dados dos fornecedores que vendem produtos e serviços aos MEI, os técnicos da Receita perceberam compras de R\$ 69,7 milhões.

Um único MEI deixou de registrar uma diferença de R\$ 2,22 milhões entre o que ele declarou e o que gastou efetivamente com fornecedores. A menor desproporção foi de R\$ 60 mil. “As empresas do setor industrial e atacadista, fornecedores dos MEI, são obrigadas a emitir nota eletrônica. No do

cruzamento de dados, conseguimos descobrir quem está comprando mais do que seria razoável para sua faixa de faturamento.”

Os empresários já foram noticiados sobre as divergências apontadas. Eles têm prazo de 30 dias para prestar esclarecimentos ou pagar o tributo devido. Ainda podem responder a processos por fraude tributária, informou o subsecretário. “Se eles não se regularizarem, aí vai a mão mais pesada do Estado, que é a fiscalização e a auditoria dessas empresas. Há divergências entre o que ele pode vender - até R\$ 60 mil por ano - e o que ele comprou nesse período”, detalhou.

A caça aos sonegadores travestidos de MEI vai ter prosseguimento. O próximo cruzamento será feito em relação às compras e pagamentos feitos pelos microempreendedores por meio de cartões de crédito.

“A Secretaria de Fazenda conta com uma tecnologia adequada para fazer esses cruzamentos”, disse Wilson de Paula. “Daqui eu acompanho as notas fiscais emitidas de hora em hora. É só eu entrar no sistema.” Defesa do programa criado em 2008 e em vigor desde julho de 2009, o MEI é uma figura jurídica criada no escopo da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para atrair à formalidade trabalhadores por conta própria e empreendedores irregulares, a exemplo de camelôs, cabeleireiros, mecânicos, etc. Com a regularização, que pode ser feita via internet pelo Portal do Empreendedor, o MEI tem direito a CNPJ e a direitos previdenciários, além do pagamento de todos oito tributos que incidem sobre a atividade empresarial. Eles pagam, entretanto, apenas cerca de R\$ 40,00 por mês como contribuição simbólica. A obtenção do CNPJ é on-line e imediata. A facilidade vale também para enviar informações à Receita. “Essas irregularidades não tiram a importância do Programa MEI”, afirmou o subsecretário, citando que somente no DF há 60 mil MEIs inscritos. Em função da menor necessidade de prestar contas, há empresários se aproveitam da situação para tentar burlar o pagamento de impostos. “O sonegador não consegue mais se esconder. Fizemos um investimento de R\$ 10 milhões em tecnologia em 2013, com renovação do parque, aquisição de software e treinamentos”, disse o subsecretário. Ao todo no País, já há 3,8 milhões de MEIs inscritos. No entanto, apesar do valor quase simbólico de contribuição, 55% deles estão inadimplentes.



Governo negocia nova data para entrada de pequenas e médias no eSocial

O governo detalhou nesta quinta-feira, 27, o cronograma estimado para a implantação e início da obrigatoriedade do eSocial, sistema que unifica em um único ambiente online a prestação de informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias das empresas para o governo. A data de início da obrigatoriedade do eSocial para pequenas e médias empresas agora está indefinida. Assim, a previsão de janeiro de 2015, divulgada na semana passada, deixa de valer. Já para as grandes empresas, com receita anual superior a R\$ 78 milhões, a data estimada está mantida em outubro deste ano, conforme a estimativa divulgada na última semana.

De acordo com a Receita Federal, os órgãos envolvidos com o Comitê Gestor do Esocial e a Secretaria de Micro e Pequena Empresa da Presidência da República estão em negociação para definir uma nova data para a entrada obrigatória de empresas pequenas e médias no eSocial. Nessa lista estão as empresas que apuram lucro presumido, Simples Nacional, entidades imunes ou isentas, (MEI), produtores rurais e outros equiparados a empresas, como os autônomos. Segundo a Secretaria, as discussões envolvem a garantia de tratamento diferenciado para as MPEs no projeto do eSocial, com o objetivo de simplificar as obrigações exigidas. À espera de uma portaria.

A expectativa do empresariado, no entanto, ainda é pela divulgação oficial do marco legal (via portaria interministerial) do cronograma e do manual que trará alterações nos layout do eSocial. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, esta portaria será divulgada “em breve”. No início de abril, o Comitê Gestor do Esocial se reunirá em Brasília para discutir os pontos do projeto que têm sido mais criticados pelas empresas e definir um cronograma definitivo. Assim, a expectativa é de que a divulgação da portaria ocorra ainda em abril.

Mariana Congo – O Estado de S. Paulo – 27/03/2014